

# CIDADANIA, PODER E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Douglas Santos Mezacasa

(Organizador)



 **Atena**  
Editora

Ano 2020

# CIDADANIA, PODER E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Douglas Santos Mezacasa  
(Organizador)



 **Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editores:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Karine de Lima

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco



Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C568	<p>Cidadania, poder e desenvolvimento no estado democrático de direito [recurso eletrônico] / Organizador Douglas Santos Mezacasa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-038-4            DOI 10.22533/at.ed.384201205</p> <p>1. Cidadania. 2. Brasil – Política e governo. 3. Democracia.            I.Mezacasa, Douglas Santos.</p> <p style="text-align: right;">CDD 323.6</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O século XX presenciou duas grandes guerras que demarcaram o genocídio e o ferimento dos preceitos individuais como forma de projeto político e ideológico. Contudo, com fim da 2ª guerra mundial, os Estados reunem com o fim de estabelecer a paz mundial, resguardar os direitos individuais e coletivos e resgatar a dignidade humana dos cidadãos. A criação da ONU, trouxe o viés principiológico em defesa do indivíduo que acabou por se estender no âmbito interno de todos os países que assinaram a Carta das Nações Unidas.

A partir daí a Constituição da República federativa do Brasil, promulgada em 1988, constitui-se um Estado Democrático de Direito ancorada nos fundamentos da soberania, da cidadania, do princípio da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pelo pluralismo político.

Inspirados e ambicionado no Estado Democrático de Direito, a Atena Editora lança a sua segunda edição da coletânea intitulada “Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito” um compendio composto por quinze capítulos que une pesquisadores especialistas, mestres e doutores de instituições localizadas de todas as áreas do Brasil. Trata-se de uma obra que discute temáticas variadas de todas as searas das grandes áreas das Ciências Jurídicas. De maneira geral, os capítulos, que abordam esses espaços, estruturam-se com o objetivo de analisar os princípios basilares da Constituição Federal no intuito de garantir o Estado Democrático de Direito.

A segunda edição realizada em formato de e-book, é inovadora nas pesquisas jurídicas e nas áreas de concentração do direito contemporâneo. Nesse sentido, a coletânea abordará temas relativos às questões de constitucionalismo, preservação dos direitos fundamentais, direito comparado, questões históricas do direito, direito educacional e as demais atualidades que permeiam o meio jurídico perante os Tribunais superiores.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres, doutores e todos aqueles juristas que de alguma forma se interessam pela ciência jurídica e pelo Direito. Possuir um material acadêmico que reflita a evolução de diferentes áreas do direito e da sociedade, de forma temporal, com dados e resultados substanciais e concretos torna-se muito relevante para o campo da pesquisa no Brasil.

Deste modo a obra “Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores, acadêmicos e pesquisadores que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS CONTRIBUIÇÕES DO "POETA-JUIZ" PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA JUSTIFICAÇÃO RACIONAL HUMANISTA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS CONTEMPORÂNEOS	
Bárbara Amelize Costa Fernando José Armando Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3842012051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
A BOA-FÉ OBJETIVA NOS CONTRATOS EMPRESARIAIS	
Alessandra Cristina Furlan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3842012052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>30</b>
A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA LEGAL E A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO MÍNIMO	
Ihgor Jean Rego Ana Camila Mateus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3842012053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>49</b>
AS SENZALAS DA MODERNIDADE: O DESEMPENHO DO TRABALHO DOMÉSTICO FRENTE AO DESRESPEITO AOS PRECEITOS DE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS	
Ana Caroline Lima Melo Angélica Maria Lins dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3842012054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>59</b>
A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO E A JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES QUE EVIDENCIAM O PROTAGONISMO JUDICIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO	
Rodrigo Barzotto Pereira de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3842012055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>72</b>
ASSOCIAÇÃO E SUA LEGITIMIDADE - DIREITO COMPARADO	
Claudiane Aquino Roesel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3842012056</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>88</b>
CONSUMIDO NA PÓS-MODERNIDADE - PRODUZIDO NA IDADE MÉDIA	
Adelcio Machado dos Santos Ângela Cardoso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3842012057</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>94</b>
DEMOCRACIA E DELIBERACIONISMO: UM DEBATE NECESSÁRIO EM TEMPOS DE CRISE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	
José Elias Domingos Costa Marques Renato Gomes Viera Gustavo de Faria Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3842012058</b>	



<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>109</b>
DISCURSO DE ÓDIO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO: POR UMA LEITURA CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA DA IMUNIDADE MATERIAL DOS PARLAMENTARES	
Flávio Couto Bernardes Almir Megali Neto Frederico Machado Marques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3842012059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>120</b>
IMPEDIMENTO AO CASAMENTO CIVIL, NO CASO DE CONDENAÇÃO POR HOMICÍDIO POR UM DOS NUBENTES	
Pedro Luiz Milhomem Santos Paulo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38420120510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>122</b>
O FOMENTO DA ATIVIDADE EMPRESÁRIA VISANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL. UMA NOVA RELAÇÃO ESTADO-EMPRESA ATRAVÉS DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	
Jean Colbert Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38420120511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>140</b>
O NEOCONSTITUCIONALISMO COMO OFENSA AO ESTADO DE DIREITO	
Glalber Silvino Hora	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38420120512</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>149</b>
PROIBIÇÃO DA DIVULGAÇÃO DO NAZISMO E RESTRINGIBILIDADE DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
Juliana Picollo Messias Pedro Lima Marcheri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38420120513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>160</b>
UMA ANÁLISE DO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL NA OBRA <i>O ABRAÇO</i> DE LYGIA BOJUNGA	
Anízio Alves de Oliveira Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38420120514</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>174</b>
O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: TEORIZAÇÕES E REFLEXÕES	
Cláudia Terra do Nascimento Paz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38420120515</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>189</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>190</b>

## UMA ANÁLISE DO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL NA OBRA *O ABRAÇO* DE LYGIA BOJUNGA

Data de aceite: 06/05/2020

### Anízio Alves de Oliveira Neto

Graduado em Direito pelo Centro Universitário Cathedral – UNICATHEDRAL. Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9220554999924885> . E-mail: [anizioalvesneto@gmail.com](mailto:anizioalvesneto@gmail.com)

**RESUMO:** O artigo tem como intuito de apresentar uma interpretação que recai sobre a linha de pesquisa Direito e Literatura. Por meio de seus textos a Literatura permite ao escritor expressar um novo olhar do mundo e conseqüentemente proporciona ao leitor mergulhar no universo das palavras interagindo, com o que foi escrito. Neste sentido, a obra *O abraço*, escrita por Lygia Bojunga, a qual aborda com maestria por meio da narrativa de sua personagem central Cristina, um crime que fora vítima quando criança, permite essa interpretação jurídica no âmbito penal. A estória observada sob a ótica penal traz elementos importantes como os crimes de estupro de vulnerável, estupro e até mesmo um possível homicídio. Ressalta-se ainda, que o aspecto emocional e os traumas resultantes deste ato criminoso também se mostram presentes, uma vez que, após ser violentada e sem saber o que estava acontecendo, a menina retorna para sua

família, onde sua mãe no intuito de mascarar a dor opta por não mais falar no ocorrido, desencadeando em Cristina a denominada Síndrome de Estocolmo. Logo, busca-se demonstrar o quanto a Literatura tem para contribuir ao Direito e como seus textos podem ser relevantes para novas reflexões jurídicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** direito e literatura; *O abraço*; código penal; estupro de vulnerável.

### AN ANALYSIS OF THE CRIME OF RAPE OF VULNERABLE IN THE WORK *THE HUG* OF LYGIA BOJUNGA

**ABSTRACT:** The article intends to present an interpretation that falls on the line of research Law and Literature. Through his texts Literature allows the writer to express a new look of the world and consequently allows the reader to immerse himself in the universe of words interacting with what was written. In this sense, the work *The Embrace*, written by Lygia Bojunga, which masterfully approaches through the narrative of its central character Cristina, a crime that had been a victim as a child, allows this juridical interpretation in the criminal sphere. The story observed from the criminal perspective brings important elements such as the crimes of rape of vulnerable, rape and even a possible homicide. It is also emphasized that the emotional aspect and traumas resulting from this criminal act are

also present, since after being raped and not knowing what was happening, the girl returns to her family, where her mother in order to mask the pain chooses to stop talking about it, triggering in Cristina the so-called Stockholm Syndrome. Therefore, it seeks to demonstrate how much Literature has to contribute to the Law and how its texts may be relevant to new legal reflections.

**KEYWORDS:** law and literature; *The hug*; criminal code; rape of vulnerable.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado com o intuito de abordar como a Literatura tem a contribuir para o Direito, uma vez que a Literatura proporciona uma nova visão do mundo jurídico, por meio de uma reflexão extraída do contexto da obra, tendo em vista o imaginário dos crimes ocorridos.

O *Abraço*, de Lygia Bojunga é uma obra em que permite ao mundo jurídico adentrar-se na violência sexual (estupro), que é vivida por Cristina-menina e narrada por ela mesma Cristina-mulher. Sendo assim, estabelece o Código Penal Brasileiro no seu art. 217-A o estupro de vulnerável que ao ter conjunção carnal ou na prática de qualquer outro ato que seja de caráter libidinoso com menor de 14 anos é crime assim como também o crime de estupro previsto no art. 213 do mesmo Código.

Assim sendo, compete exclusivamente ao Direito Penal punir o autor de suas práticas delituosas, tendo em vista que sua função é proteger os bens jurídicos mais essenciais, como: a vida, a liberdade, o patrimônio, a dignidade sexual, entre outros. Assim, assegurar um espírito de paz e justiça social para com a sociedade.

O tema deste trabalho partiu da linha de pesquisa Direito e Literatura, mais especificadamente, do Direito na Literatura. Dessa forma, a partir da tal vertente, tem-se como tema: “Uma interpretação jurídico literária da obra de Lygia Bojunga O Abraço em face do direito penal,” tendo em vista a análise da seguinte problemática: Como a autora Lygia Bojunga retrata o Direito Penal no livro *O Abraço*?

Diante do tema abordado, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, que tem como objetivo explorar o tema Uma interpretação jurídico-literária da obra *O Abraço* de Lygia Bojunga em face do Direito Penal, gerando assim conhecimentos indispensáveis.

Diante das questões lançadas e da forma de abordagem da problemática realizada, a pesquisa qualitativa será de suma importância, visto que o objetivo principal desta é interpretar a obra *O Abraço* de Lygia Bojunga em face do Direito Penal.

Neste contexto, os objetivos da pesquisa foram de ordem exploratória, uma vez que visa proporcionar maior familiaridade com o problema. Igualmente, foi adotada, como procedimento técnico, a pesquisa bibliográfica, tendo, como auxílio materiais que tratam da temática, como exemplares, além de artigos acessíveis e teorias que norteiam o cenário jurídico e social.

Como autores fundamentais que contribuíram para o fundamento teórico da

pesquisa, tem-se Bojunga (2014), Bosi (1985), Capez (2014), Coutinho (1986), Godoy (2008), Trindade (2013), e o Decreto-lei nº 2.848/1941 (Código Penal Brasileiro), pois tal procedimento bibliográfico fora que melhor se adequou e que teve grande relevância para a formulação de respostas ao problema levantado.

Dessa feita, o método dedutivo foi de suma importância para a abordagem, posto que partiu da análise do todo para as partes, isto é, partiu da teoria pura e geral do Direito e da Literatura para, posteriormente, analisar-se a obra e teorias e lei específica (Código Penal Brasileiro), que são, portanto, os fenômenos particulares.

Já quanto método de procedimento utilizado, o comparativo é o que melhor se adequou, haja vista que permitiu a investigação entre os fatos e a legislação vigente, e que assim explicou segundo suas semelhanças e suas diferenças, pois a Literatura a partir de sua ficção possibilita interpretações de cunho jurídico-literário.

Ademais, para a elaboração deste artigo, explanou-se sobre: a vida e a obra da autora Lygia Bojunga; a Obra objeto de pesquisa deste artigo em uma breve síntese; a linha de pesquisa Direito e Literatura ressaltando-se o que é a Literatura e qual o seu papel para o mundo jurídico; e por fim apresentou A Obra e a Lei, bem como no universo dos crimes ocorridos na obra literária e à síndrome de Estocolmo.

Sendo assim, a reflexão que se segue justifica-se pelo fato de que este artigo poderá conduzir a reflexões concretas sobre crime devidamente tipificado no Código Penal, com o crime ocorrido na obra literária de Lygia Bojunga. Busca-se demonstrar o quanto a Literatura tem para contribuir para o Direito, ou seja, como seus textos podem ser relevantes para novas reflexões jurídicas.

Não obstante o enredo da obra de Lygia Bojunga ser escrito na fase mais atual em que a Literatura se encontra, de modo que, ao se retratar o delito de Estupro de Vulnerável, cumpre-se o papel de demonstrar que estes atos antissociais ocorram fazendo uma denúncia para com a sociedade e, entretanto demonstrando para os leitores em específico e na mesma medida, pois se trata não só de leitores infanto-juvenis, mas a todos aqueles que buscam uma leitura ficcional.

## 2 | AUTORA

Lygia Bojunga Nunes ou simplesmente Lygia Bojunga, nasceu na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, no dia 26 de agosto de 1932. É uma escritora brasileira que escreve seus livros para um público de literatura infanto-juvenil que ao qual o Brasil ganha um destaque em inúmeros leitores para os dias atuais. Como escritora tem um total de 22 livros publicados e seus livros traduções em 22 idiomas.

Tem seu primeiro contato com os livros aos sete anos de idade. Com oito anos sua família mudou-se para o Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana. No ano de 1951 iniciou sua carreira como atriz, fazendo parte da Companhia de Teatro Os Artistas Unidos. Lygia abandonou a carreira de atriz e passou a escrever para o rádio

e televisão, onde inicia sua relação com os seus personagens. Estes que são amigos inseparáveis até os dias atuais.

Publica seu primeiro livro no ano de 1972 com o título *Os Colegas*, uma narrativa que conta a aventura de cinco animais, obra esta que lhe rendeu inúmeros prêmios nacionais e internacionais.

Vale destacar que, Lygia Bojunga foi à primeira mulher a receber uma premiação fora do eixo Estados Unidos – Europa, em se tratando de literatura infanto-juvenil. Prêmio este que recebeu em 1982, o Hans Christian Andersen. Lygia também é a primeira autora a receber o prêmio Astrid Lindgren Memorial Award, no ano de 2004, prêmio este criado pelo governo da Suécia. Recebeu o Prêmio Jabuti nos anos de 1973, 1993 e 1997. Prêmio Faz Diferença (personalidade literária do ano) – O GLOBO no ano de 2004. Prêmio Orígenes Lessa – Hors Concours – FNLIJ – *O Abraço* – Ed. AGIR.

Tem por diversas obras publicadas tais como: *A Casa da Madrinha* - 1978; *Corda Bamba* - 1979; *O Sofá Estampado* - 1980; *Nós Três* 1978; *Sapato de Salto* 2006; *A Bolsa Amarela* - 1976 considerado um clássico da literatura brasileira, entre outras obras publicadas. Para Lygia a relação com o livro passa a ser inigualável que resulta no ano de 2002 criando sua própria casa editorial “*A Casa Lygia Bojunga*”, com publicação da obra *Retratos de Carolina*. Consequentemente resgata todas as suas publicações uma a uma para sua casa editorial, que comemora tal feito na Bienal do Livro no Rio de Janeiro. Vale destacar que *A Casa Lygia Bojunga* foi criada unicamente para abrigar os livros de Lygia, não tendo qualquer intenção de publicar livros de outros autores.

Perguntaram a Lygia Bojunga por que tinha se tornado editora de seus próprios livros e então ressaltou:

A razão primordial foi aprofundar a minha relação com o LIVRO – companheiro constante desde os meus sete anos. Sonhei percorrermos juntos todo o caminho: desde o momento em que inicio a criação de meus personagens até o dia de ver o objeto-livro pronto, na mão de meus leitores. (BOJUNGA, 2014, p. 8)

Quanto ao gênero de literatura infanto-juvenil, Lygia Bojunga aborda de forma não usual para falar de crime, de forma direta, já que sua literatura é voltada para um público adolescente, visto que tal narrativa aborda todo o contexto em que os personagens se passam. Como é o caso de *O Abraço* Lygia no modo em que aborda a violência física e psicológica contra criança em que se encontra a personagem Cristina.

### 3 | OBRA

Em *O Abraço*, a personagem central Cristina inicia contando que quando tinha oito anos foi estuprada. Após tal narrativa ela já na idade adulta, isto é, com dezenove anos de idade, começa contando toda a trama do livro. Quando criança foi passar uns dias em um sítio com sua família. Após estar contemplando a simplicidade da natureza a beira de um rio. Instante em que aparece um homem desconhecido na narração de Cristina, ela é arrastada para uma casa inabitável no meio da floresta onde ocorre toda a violência sexual.

Após ser violentada e sem saber o que estava acontecendo, retorna para sua família. Sua mãe optou por não conversar com ela sobre o que haveria acontecido, ficando limitada em saber que sua filha estava viva e deveria ser deixada em paz, em relação ao abuso. Cristina por sua vez reprimiu isso por muito tempo, até o momento em que já, é adulta. A partir desta fase da narrativa percebe-se o início de uma grande frustração da menina que agora é mulher com o caso, isto é, passa a ter uma obsessão pelo ocorrido por querer descobrir quem é o seu violentador e qual o motivo o teria levado a praticar tal ato com ela, já que ela não optou por não conversar nada a respeito com ninguém.

Em uma noite Cristina vai a um circo que se encontra na cidade na companhia de seus amigos. Após presenciar um dos números do espetáculo, que contém a participação de um palhaço e seu cachorrinho. O rosto do palhaço acaba sendo bem revelador. Recorda Cristina que esse era o homem da beira do rio que a levou para o barraco no meio da mata. Ficando convencida de que é ele, com isso o procura ao final do espetáculo sendo que a partir desse momento sua vida passa a não mais a mesma.

Na medida em que Cristina vai recontando o que se passou, descrevendo um sentimento de paixão por aquele que foi seu violentador sexual, que surge em decorrência desse caso não resolvido e da forma que ele a tratou. Ficando Cristina intrigada por momentos a refletir o porquê aquilo haveria acontecido e por que com ela. Buscando entender Cristina imagina que a resposta seria por ela supostamente parecer com uma menina que o violentador conhecia, menina essa que o violentador em dado momento a nomeia de Clarice.

Diante disso, Cristina em diversos momentos passa assimilar e se questionar se não seria a Clarice do agressor a mesma Clarice sua amiga de infância que desaparecerá. Amiga de Cristina, a menina Clarice aparece em alguns diálogos com essas Conversas que são por vezes de simples desabafo ou até mesmo de profunda reflexão. Isso porque, na narrativa de *O Abraço* Clarice em uma de suas confissões conta que também fora vítima de abuso sexual e que terminou sendo morta por seu violentador.

Parte do livro percebe-se que a interlocutora começa a ter um diálogo com Cristina, forçando a acreditar que ela não pode tratar um crime tão repugnante de forma tão



simples, permitindo ao leitor que se crie uma grande reflexão acerca do crime, e que se trata de um ato inaceitável. Momento este de majorada reflexão, sendo possível por meio de uma narrativa de uma autora personagem, característica marcante na obra de Lygia Bojunga.

O livro traz em seu final uma busca desenfreada de Cristina pelo caso e aquele que aparenta ser o seu violentador. Nessa busca surge outra vez a figura de sua amiga Clarice que a convida para uma festa. Festa essa em que afinal aparenta ser a sua última. Assim ao chegar, se depara com sua amiga Clarice que faz toda a recepção calorosa e a leva para dentro da casa. Lá encontra um homem que aparentemente pode ser o que a violentou quando criança e que acaba arrastando-a para um jardim. Este homem domina Cristina por meio de sua força física e com auxílio de uma gravata amordaça sua boca para que esta não possa de forma alguma gritar em busca de socorro. Assim, tal gravata que aperta e aperta mais, coloca fim ao texto da narrativa.

Por fim, há de se falar que na obra de Bojunga incide uma grande referência sobre o tema morte, sendo mencionado diversas vezes nos diálogos entre Cristiana e Clarice e também perceptível ao final da narrativa através da morte de Cristina nas mãos do homem d'água o palhaço.

#### 4 | DIREITO E LITERATURA

Não é trabalho simples definir o que é Literatura, isso porque irá depender do conceito ou definição a qual se busca, em outras palavras, o seu conceito vai além de uma simples definição de produções de textos literários.

A Literatura por meio de seus textos conduz leitor e o escritor a uma infinita linha de pensamento, ao mergulhar no universo das palavras o leitor terá que se interagir com determinado escritor que em certo momento com imensas possibilidades buscou dizer algo. E dessa forma, este mesmo leitor terá uma perspectiva um tanto que diferente ao que o autor trabalhou ou desejou demonstrar, imaginando, interpretando, refletindo e reproduzindo em sua vida cotidiana.

Nesta mesma linha Marisa Lajolo, define:

O que é literatura? É uma pergunta que tem várias respostas. E não se trata de respostas que, paulatinamente, vão-se aproximando cada vez mais de uma grande verdade, da verdade-verdadeira. Não é nada disso. Não existe uma resposta correta, por que cada tempo, cada grupo social tem sua resposta, sua definição para literatura. Respostas e definições – vê-se logo – para uso interno. (LAJOLO, 1982. p. 24,25)

Assim a Literatura é uma infinita possibilidade de seu conceito e definição, passando de tempos em tempos sendo construída e formada, bem como o Direito que está sempre sobre transformação. A exemplo disso são as fases em que a Literatura se transforma, tais como: simbolismo; romantismo; barroco; modernismo;

e entre outras fases da Literatura. Bem como também o Direito modifica suas fontes formais diariamente com a edição e criação de novas leis para atender a demanda da população.

Ao se ler uma obra literária ela terá o papel de despertar no indivíduo sentimentos quer seja de: amor, compaixão, raiva, piedade, indignação, e entre outros sentimentos. Tendo feito isso o texto literário concluiu o seu objetivo, de despertar uma emoção estética no indivíduo, o que gera emoção na apreciação de uma boa obra literária.

A literatura tem o papel de desenvolver no indivíduo uma emoção estética. Por meio do conjunto de palavras em suas obras de ficção que podem ser: poemas, contos, romances, novelas entre outros. Posto isto, fica evidente que a Literatura deverá despertar e simplesmente finita no ensinamento de seus textos.

Do significado de corpus em geral de textos literários, passou compreensivelmente o lexema literatura a significar também o conjunto da produção literária de um determinado país, tornando-se óbvias as implicações filosófico-políticas de tal conceito de literatura nacional. (SILVA, 1988. p. 7)

Isso acrescenta que a Literatura se faz a sua contribuição histórica, cultural e social. Essa por meio de sua ficção conta as histórias cotidianas de seu povo, como no caso do Brasil um fato histórico, como por exemplo, o conhecimento do vocabulário utilizado em determinada época, em que podemos citar o caso de Iracema de José de Alencar contando a cultura dos povos indígenas brasileiros, no social temos como em “O Alienista” de Machado de Assis com o excesso na edição das leis municipais. A Literatura, portanto, faz-se presente em vastas áreas do conhecimento.

Os ensinamentos sobre a linha de pesquisa Direito e Literatura têm sua origem norte-americana. Com o especialista professor John Henry Wigmore, nascido no estado da Califórnia, que passou toda sua vida dedicada ao estudo das ciências jurídicas, escreveu diversas obras e foi professor universitário (GODOY, p. 27, 2008).

Nos textos literários é possível identificarmos o Direito, casos em narrativas tem-se homicídios e em decorrência disso o réu é levado ao tribunal do júri, isso no âmbito do Direito Penal. Observam-se casos de processos legislativos em que parlamentares criam instrumentos normativos (leis). Tem-se circunstâncias que os enamorados casam e vivem felizes para sempre e a que se sucedem o divórcio, isso na seara do Direito Civil. São, portanto, inúmeros casos em que se pode constatar nos textos literários. E isso sem falar nos grandes massacres de grande comoção social. É notável também e há de se observar os acontecimentos bons como, por exemplo, momentos que a justiça prevalece que são um avanço para um Direito justo e equânime.

Dessa forma, a Literatura faz a sua grande contribuição para o Direito, torna-se significativa na formação e encantamento de novos operadores do direito possibilitando a estes um conhecimento amplo do mundo jurídico. Permitindo a criação de novos valores sociais. Assim sendo, constata-se uma possibilidade de entender o Direito a partir da Literatura.

## 5 | A OBRA E A LEI

A obra *O Abraço* publicada no ano de 1995, escrita em um período contemporâneo, propõe aos seus leitores por meio de sua narrativa demonstrar os crimes ocorridos. Através da narrativa de Cristina tomada em forma de desabafo inicia o relato do fato que havia sofrido quando criança. “Bom, acho melhor te contar de uma vez que quando eu tinha oito anos eu fui estu... não, pera aí, não: vamos deixar isso pra depois. [...]” (BOJUNGA, 2014, p. 9). Embora não seja desta simples maneira que Cristina conte que foi abusada sexualmente, tem-se aqui um meio pelo qual a autora já menciona o que será abordado em sua obra ficcional.

O crime de estupro contra menor de 14 anos é denominado pelo Código Penal Brasileiro em sua Parte Especial como Estupro de Vulnerável, descrito no texto do Art. 217-A. Como sendo o ato de ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos (BRASIL, 1940. Quis o legislador aqui proteger a condição de vulnerabilidade do sujeito passivo da relação jurídica mais precisamente aquele que não possui força física para apresentar resistência à agressão e também não possui sua plena faculdade mental para a prática de relações sexuais. Punindo evidentemente quem se encontra do outro lado o sujeito ativo, que é quem pratica o ato descrito no artigo, podendo ser qualquer pessoa.

Embora também o tipo penal aborde o fato de praticar qualquer ato de caráter libidinoso na obra de Lygia Bojunga o ato sexual ocorre com a conjunção carnal, isto é, o contato do órgão viril masculino do homem e o órgão viril da menina Cristina.

Com base nesse assunto o notório doutrinador Fernando Capez disciplina quanto ao crime de estupro de vulnerável dando uma definição de sua finalidade que este “[...] tutela a dignidade sexual do indivíduo menor de 14 anos ou daquele que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.” (CAPEZ, 2014, p. 82).

O crime de estupro e estupro de vulnerável quer seja nas suas formas qualificadas e em sua modalidade tentada ou consumada são considerados hediondos como bem diz na Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990, em seu art. 1º, nos incisos V e VI que tratam dos crimes na sua forma simples e suas formas qualificadas. Portanto, sendo cometido qualquer um dos crimes seja estupro art. 213 ou estupro de vulnerável art. 217-A ambos do Código Penal Brasileiro, como bem diz o art. 2º da referida lei, será insuscetível de: I – anistia, graça e indulto; II – fiança, em se tratando dos crimes hediondos. (BRASIL, 1990).

A viagem para uma fazenda é o ponto inicial para que o fato ocorresse. “Um amigo do meu pai tinha comprado uma fazenda em Minas, e a gente foi passar um feriadão lá.” (Bojunga, 2014, p. 22). Maravilhada com tudo ao seu redor, Cristina decide explorar o local, se afastando assim de seus pais e ficando sozinha na mata: “[...] eu saí andando pra continuar minhas descobertas, e lá pelas tantas, numa curva

do caminho, eu vi o rio. Largo, rio de praia na margem, imagina.” (BOJUNGA, 2014, p. 23).

Distraída Cristina conta como todo o horror se inicia. “Eu estava de cara mergulhada n’água e de olho bem aberto esperando um peixe passar, quando eu senti alguém segurando firme o meu braço. Desmergulhei. Tinha um homem ajoelhado ao meu lado, me segurando feito coisa que não era mais pr’eu escapar.” (BOJUNGA, 2014 p. 24-25). Um homem estranho ao encontrar a pequena Cristina e ao comparar uma pequena mecha de cabelo guardada em uma caixa de fósforo está convencido de que esta é a garota certa a leva de mata a dentro de modo forçado.

A gente entrou mais fundo na mata. O sol sumiu. Me deu medo. Quis me fincar no chão. Ele me arrastou. Gritei. E mais que de pressa ele tapou minha boca. Mordi a mão dele. Ele se ajoelhou, me puxou. E me mordeu também. Na boca. Foi susto? Foi dor? Fiquei paralisada. Ele me forçou pro chão; montou em mim; desmanchou o nó da gravata cinzenta e deu um puxão nela (vai me matar?); passou a gravata pela minha boca, volteou ela uma vez, deu o nó, mas, quando foi apertar, me olhou, parou, e aí aconteceu uma coisa esquisita: o olho dele riu pra mim. (BOJUNGA, 2014, p. 27-28).

Aqui se percebe que Lygia Bojunga aborda como a condição de vulnerabilidade de Cristina ocorre e é fácil de ser manipulada e percebida e do outro lado a figura do mais forte que a violenta, assim como descreve o texto Penal. Afinal se trata de uma criança com idade de oito anos, que mesmo que queira forçar sua fuga ou estabelecer resistência de maneira alguma conseguira êxito.

O ato consumado é descrito pela própria personagem. “E foi com essa chuva chovendo lá fora que a voz dele falou assim, eu te prometo, Clarice, eu te prometo que dessa vez você não vai morrer no meu abraço. E me abraçou mais forte que das outras vezes e entrou mais forte dentro de mim.” (BOJUNGA, 2014, p. 33). A pequena Cristina descreve o que ocorreu na casa da mata, a qual passando uma noite por lá e assim no amanhecer do dia notando estar sozinha deparou-se com a oportunidade de fugir daquele local. “Esperei. Esperei o Homem da Água entrar. Mas continuou tudo quieto. Levantei devagar, fui saindo pro claro. Ninguém lá fora! Fui andando. Andando. Vi o rio, fui indo mais depressa. E mais depressa. Via a casa lá longe, desatei a correr.” (BOJUNGA, 2014, p. 34).

“Parecia que a casa nunca chegava, de tanto que eu corria e corria. Tinha gente na varanda, era a minha mãe que estava ali no meio deles? Eu ainda tinha um resto de força e gritei, ei! ei! [...]”. (BOJUNGA, 2014, p. 34). Após o ocorrido a mãe de Cristina e ela entram em fase de negação, vindo somente a florescer lembranças em Cristina anos mais tarde em sua fase Cristina-Mulher, através de temores noturnos “[...] Mas aconteceu uma coisa curiosa, sabe, eu não pensava acordada no que tinha acontecido, eu só pensava dormindo, quer dizer, sonhando”. (BOJUNGA, 2014, p. 37).

Entretanto, um encontro com os amigos em um circo que se encontrava na cidade com uma atração de palhaços, desperta esse sentimento até então esquecido. Ao se

iniciar o espetáculo a aparência de uns dos palhaços instintivamente chama a atenção de Cristina, pois apesar da maquiagem em seu rosto este lhe era muito familiar. “E nessa hora a fazenda de Minas acordou dentro de mim. Com tanta força, que doeu. Doeu!” (BOJUNGA, 2014, p. 48).

Intrigada ao final da apresentação decide ir atrás daquele palhaço. Iniciando uma conversa com o homem sobre assuntos casuais Cristina passa a vê-lo com outros olhos, surgindo então, uma mistura de sentimentos como perturbação e desejo. O que faz com que saiam para comer, tornando-os cada vez mais íntimos.

Desse modo, a menina agora crescida passa a sentir-se mulher perto de seu violentador e demonstrar outros sentimentos. Acabando-se todas suas dúvidas Cristina só queria ficar perto dele olhar para ele. “[...] eu nem me lembrava de mais nada do que eu queria perguntar pra ele, de tanto que eu fui me entregando pro tesão que tomou conta de mim.” (BOJUNGA, 2014, p. 60).

Fato notável na obra *O Abraço* é o sentimento pelo seu violentador. Aliás, sentimento pode ser explicado pela Síndrome de Estocolmo. Tem este nome de origem devido ao ocorrido na cidade de Estocolmo no ano de 1973, uma vez que após serem mantidas como reféns dos assaltantes do banco uma das vítimas demonstrou sentimento por um dos assaltantes. Fato este que posteriormente foi estudado pelo criminólogo e psicólogo Nils Bejert.

Fatores psicológicos que notavelmente fazem parte da vida humana são devidamente analisados e estudados, pois tem sua grande contribuição para o entendimento da mente humana. Fatos acontecem e pergunta-se como isso pode acontecer? Por que isso ocorreu? É aí que entra outro ramo do conhecimento mais específico a Psicologia do Direito. No qual aborda assuntos do Direito relacionados à Psicologia. Destaca-se nas áreas jurídicas em que o Direito e a Psicologia se encontram assuntos relacionados ao direito de família, criança e adolescente, com grande relação no direito criminal. Estudo de personalidades, transtornos mentais, transtornos relacionados a traumas, síndromes e entre outros temas que são pertinentes ao Direito. São inúmeros os temas e assuntos entre estas disciplinas. Sendo assim, a contribuição deste outro ramo se justifica pelo fato que fatores psicológicos fazem parte do universo jurídico e a personagem de Cristina se encontra ao centro destas disciplinas.

A Síndrome de Estocolmo em *O Abraço* tem suas condições desenvolvidas após o evento traumático, com o emprego de violência física por parte do agressor para obter o ato sexual com a menina Cristina. O fato de Cristina não saber o porquê aquele homem tinha feito aquilo com ela e buscado todo aquele tempo após a violência uma resposta, até que então consegue encontrar o homem. “A dúvida tinha acabado, mas a perturbação era cada vez maior: eu estava sentindo uma curiosidade enorme de conhecer melhor aquele homem. E pela primeira vez eu pensava nele como uma mulher.” (BOJUNGA, 2014, p. 55).

A conclusão demonstrativa que em o abraço Cristina desenvolve a Síndrome de

Estocolmo é a passagem dela de quando criança não demonstrar raiva, ódio, pavor, rancor ou qualquer outro sentimento semelhante pelo homem que tinha feito tudo e quando adulta desenvolver além dos sentimentos atrativos entre homem e mulher agora ocorrer o contato físico. “E me beijou. Um beijo... atrapalhado, sabe. Mas forte. [...] E ai fui eu que agarrei ele [...] e beijei. Feito eu nunca tinha beijado ninguém.” (BOJUNGA, 2014, p.61).

Portanto, o tema abordado aqui é uma ponte entre ciências, o Direito Penal, a Psicologia Jurídica, e com isso Direito e Literatura. Sendo um fato abordado nas ciências criminais tido como um ilícito, sendo justificável pela psicologia jurídica como uma síndrome envolvendo fatores psicológicos e com isso descrito na obra literária.

O abraço que eu te dei foi pra você não perdoar, foi pra você nunca esquecer o que ele fez contigo quando você só tinha oito anos. Não é porque você só tinha oito anos, não. Podia ter dez, vinte, cinquenta, cem, não importa! o que importa é que não existe perdão pra quem arromba o corpo da gente. – Sacudiu a cabeça assim, ó, e falou: – E você vai e transforma o abraço do não-perdão num abraço de tesão: você é mesmo uma infeliz, você merece o pior. (BOJUNGA, 2014, p. 63-64).

Ainda se destaca na obra as demais consequências negativas que este crime pode gerar. [...] “e ainda arrisca na saída de me deixar um filho que eu vou ter que arrancar, uma aids que eu nunca mais vou curar.” (BOJUNGA, 2014, p. 65).

Desse modo, uma reflexão resulta do texto de Lygia Bojunga para que o leitor identifique que este tipo de crime não se pode de maneira alguma ficar impune. Essa conduta fere somente não o corpo de uma criança, mas sim seu interior em formação cheio de fragilidades imensas. Devendo, portanto, ser protegido não apenas pelo Direito, mas também por toda a sociedade. Claramente não punindo os violadores de corpos com os próprios punhos e sim denunciando para que desta forma o Direito cumpra a sua finalidade, pois uma sociedade que se cala é também uma sociedade cúmplice.

Ao final da obra surge a figura de um segundo narrador. Narrador este, que não expressamente identificado passa a relatar o desfecho desta, a partir do momento que Cristina encontra-se novamente com a mulher mascarada e o palhaço violentador. Aqui não se sabe ao certo a intenção da autora, pois dá sinais que um novo crime foi praticado.

Dado o momento em que ocorre o segundo delito, é evidente que este não será o mesmo descrito no art. 217-A e sim no clássico art. 213 do Código Penal. Aqui este novo estupro ocorrera na sua forma simples, pois Cristina encontra-se com dezenove anos e não possui nenhuma condição de vulnerabilidade descrita em lei. Estupro este que é consumado com o fato de ter ocorrido o coito entre os sujeitos.

O Homem aperta a gravata na mão feito uma rédea. Com a outra mão vai arrancado, vai rasgando, se livrando de tudo que é pano no caminho. Agora o Homem é todo músculo. Crescendo. Só afrouxa a rédea depois do gozo. Cristina mal consegue



Como um domador domesticando seu animal, para o qual quer que se executem os seus comandos. Semelhança considerável entre um homem que comete um crime de estupro em um ser humano. Há de se notar na obra que neste momento há repetição do mesmo método do primeiro estupro, que para abafar os pedidos de ajuda, o homem acaba amordaçando a jovem Cristina com uma gravata.

Porém, fica a entender diante deste novo crime que a personagem Cristina acaba tendo um final trágico, isto é, pelo fato da gravata ter sido amarrada em seu pescoço o agente demonstra a intenção de matá-la. Assim, ocorrendo o estupro que tem por seu resultado final a morte do sujeito passivo conforme previsão legal descrita no art. 213, parágrafo 2º, a pena é de 12 a 30 anos de reclusão, isto é, a pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto, como bem diz o art. 33 do Código Penal.

Portanto, através da narrativa contida na obra constata-se a ocorrência de dois delitos, uma no início da narrativa em primeira pessoa, sendo narrada pela própria Cristina e o outro após a trama tomar um novo desfecho narrado em terceira pessoa, por intermédio de um narrador desconhecido que passa a reproduzir as ações dos personagens.

O primeiro crime de estupro fora cometido contra uma menor de 14 anos. Descrito no Código Penal Brasileiro na Parte Especial como Estupro de Vulnerável tem sua previsão legal no Art. 217-A. Sendo o ato de ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos. Protegendo, portanto, a condição de vulnerabilidade do sujeito passivo da relação jurídica que é por sua vez é a criança Cristina e na qual não possuía força física para apresentar resistência à agressão e também não possui a completa faculdade mental para a pratica de relações sexuais.

O segundo crime já se enquadra como estupro, pois Cristina encontra-se com dezenove anos. Crime este descrito no art. 213 do Código Penal, contudo esta violência sexual acaba por produzir a morte de Cristina, e em consequência disso o crime passa a ser configurado na sua forma qualificada como previsto no art. 213, parágrafo 2º, do Código Penal.

Assim, em virtude da prescritibilidade do crime de estupro de vulnerável passar a ser contado somente a partir da maioridade da vítima, teria Cristina a possibilidade de denunciar o estuprador, para que o mesmo fosse julgado e respondesse penalmente por seu ato criminoso.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa na obra *O Abraço*, de Lygia Bojunga, proporcionou por este artigo uma interpretação sob a ótica específica do Direito Penal apresentando perspectivas importantes dentro da interface do Direito e a Literatura, por meio dos crimes que ocorreram contra a personagem Cristina.

A Literatura possibilita, por meio de seus textos, direcionar o leitor a um novo olhar do mundo literário e conseqüentemente proporciona assim para o mundo jurídico literário quando as obras abordam temáticas jurídicas. É nesse olhar que acaba concluindo seu objetivo crucial em que o escritor objetivou trabalhar o social por meio das palavras. Nessa perspectiva que a Literatura sempre terá temas a serem abordados pelo Direito.

É nesse contexto que a escritora Lygia Bojunga encontra em seus personagens uma maneira de retratar o que é hediondo para com o próprio indivíduo que sofre o que a trama conta e tanto para a sociedade que se cala para tais fatos. Lygia Bojunga demonstra isso para seu público infanto-juvenil de uma forma que intriga com grande emoção e ao mesmo tempo conduz a uma grande reflexão sobre o crime de estupro.

A autora através da narrativa de sua obra constata-se a sua dedicação em abordar um tema um quanto que obscuro. Uma criança que tem sua liberdade sexual violada passa por um trauma psicológico que desenvolve em decorrência do estupro e que não sabe explicar o porquê de uma obsessão a qual foge de uma realidade lucida e acaba sendo conduzida para a sua morte mesmo sem perceber que isso poderia ocorrer.

Foi dado o enfoque principal deste artigo ao crime de estupro de vulnerável, pois tendo em vista que houve toda uma repercussão contida dentro da obra ficcional bem como se fosse o caso em ocorrência fora da obra literária.

Acredita-se que a prescritibilidade do crime de estupro de vulnerável é de suma importância para se punir o agente que comete tais delitos, pois se busca com isso a eficácia da norma penal. Bem como também é de fundamental importância o acompanhamento pós-traumático para o qual crianças assim como Cristina passam após períodos de sofrimentos físicos e mentais, para que assim não desenvolvam sintomas traumáticos por toda uma vida.

Diante disso, acredita-se que a problemática estabelecida foi alcançada, ao qual consistiu em interpretar a obra *O Abraço* de Lygia Bojunga em face do Direito penal, por meio do crime acima citado demonstrando dessa forma a importância contida na união entre Direito e Literatura. Por isso, o trabalho é capaz de colaborar tanto para o meio acadêmico quanto para gerar novas reflexões no meio jurídico.

## REFERÊNCIAS

BOJUNGA, Lygia. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa19123/lygia-bojunga>>. Acesso em: 05 de setembro. 2017. Verbetes da Enciclopédia.

BOJUNGA. **O Abraço**. 6 ed. 4 reimpr. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2014.

BOJUNGA. **Retratos Biográficos**. Disponível em <<http://www.casalygiabojunga.com.br/pt/lygiabojunga.html>>. Acesso em: 01 de setembro de 2017.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 3º ed. Rio de Janeiro: Cultrix, 1985.

BRASIL, **DECRETO-LEI Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal Brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 09 de outubro de 2017.

BRASIL, **LEI Nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Crimes Hediondos. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm)>. Acesso em: 19 de dezembro de 2017.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal, volume 3, parte especial : dos crimes contra a dignidade sexual a dos crimes contra a administração pública(arts. 213 a 359-H)**. 12. ed. de acordo com a Lei n. 12.850, de 2013 – São Paulo: Saraiva, 2014.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. 3º ed. Rio de Janeiro : José Olympio; Niterói : UFF – Universidade Federal Fluminense, 1986.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito & Literatura: anatomia de um desencanto – desilusão jurídica em Monteiro Lobato**. 1ª ed. (ano 2002), 6ª tir. Curitiba: Juruá, 2008.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito & Literatura: ensaio de síntese teórica**. Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2008.

JUNQUEIRA, Eliana Botelho. **Literatura e Direito: uma outra leitura do mundo das leis**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1998.

LAJOLO, Marisa. O que é Literatura : Coleção Primeiros Passos. 2 ed. São Paulo: editora brasiliense, 1982.

OLIVO, Luiz Carlos Cancellier de. **O estudo do direito através da literatura**. Tubarão: studium, 2005.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. **Teoria da Literatura**. 8 ed. Coimbra: Livraria Almeida, 1988.

TRINDADE, André Karam. (Org.): STRECK, Lenio Luiz. (Org.). **Direito e Literatura da realidade da ficção da realidade**. São Paulo: Atlas, 2013.

TRINDADE. GUBERT, Roberta Magalhães; NETO, Alfredo Copetti. **Direito e Literatura: Reflexões Teóricas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica Para Operadores do Direito**. 7. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Argumentação jurídica 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71

Ativismo judicial 59, 60, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 125, 142, 143, 147, 148

### C

Capital humano 86

Casamento civil 120

Contratos empresariais 17, 19, 23, 24, 28

### D

Decisões judiciais 2, 19, 60, 63, 64, 70

Deliberacionismo 94, 95, 96, 106

Democracia 15, 59, 62, 82, 83, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 116, 118, 150, 151, 187, 188

Desenvolvimento social 122, 123, 126, 130, 132, 137

Direito comparado 72, 83, 144

Direitos fundamentais 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 46, 49, 59, 67, 68, 82, 109, 116, 117, 118, 121, 124, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 182, 184, 185, 188

Direitos humanos 33, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 84, 112, 124, 151, 153, 156, 157, 158, 159, 181, 186, 189

Discurso do ódio 114, 115, 119, 151, 154, 158, 159

### E

Educação 1, 47, 55, 86, 94, 126, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Escravidão 8, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57

Estado constitucional 140, 142

### F

Fraternidade 34, 153

### H

Homicídio 120, 121, 160

### I

Idade média 3, 86, 87, 181

Igualdade 11, 14, 17, 28, 34, 42, 73, 78, 82, 83, 99, 100, 101, 102, 107, 121, 128, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 178, 182, 187, 188

Iluminismo 2

Imparcialidade 1, 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Impenhorabilidade 30, 31, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47

Imunidade material 109, 111, 115, 116, 117

Informação 22, 24, 26, 27, 70, 86, 88, 89, 90, 93, 133, 159

## J

Jurisprudência 15, 19, 24, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 60, 74, 78, 80, 81, 109, 117

Justiça do trabalho 12, 59, 60, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Justiça social 34, 94, 99, 103, 151, 161, 174, 175, 176, 177, 187, 188

## L

Liberalismo 99, 100, 101, 102, 107

Liberdade de expressão 109, 110, 111, 114, 115, 117, 118, 119, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159

Liberdade econômica 21, 72, 73, 132, 178

Licitude 122, 152, 156

Literatura 1, 13, 19, 24, 97, 149, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 170, 172, 173, 175

Livre iniciativa 23, 52, 72, 132

## N

Nazismo 149, 150, 155, 158, 159

Neoconstitucionalismo 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148

Neutralidade 1, 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Nubentes 120, 121

## P

Parlamentares 109, 111, 115, 116, 117, 145, 166

Patrimônio 6, 30, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 45, 46, 47, 74, 76, 77, 81, 161

Poder 5, 12, 17, 20, 21, 27, 30, 32, 33, 34, 42, 49, 51, 54, 57, 59, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 82, 83, 84, 86, 87, 90, 94, 95, 100, 101, 102, 104, 105, 109, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 154, 160, 174, 179, 183, 185, 189, 190, 191

Política 2, 62, 63, 89, 90, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 125, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 188

Pós-modernidade 17, 86, 87, 90

Protagonismo judicial 59, 60, 65, 66, 68, 69

## S

Seguradora 74, 79

Segurados 74, 75, 78, 79

Senzalas 49

## T

Trabalho doméstico 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

## V

Vulnerável 12, 26, 160, 161, 162, 167, 171, 172



 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**